



**DINÂMICA SÓCIO-ECONÔMICA E AMBIENTAL DE UMA PROPRIEDADE  
FAMILIAR BENEFICIADA PELO CRÉDITO FUNDIÁRIO EM TANGARÁ DA  
SERRA-MT**

**DYNAMICS SOCIO- ECONOMIC AND ENVIRONMENTAL OF A FAMILY  
ESTATE BENEFITED BY CREDIT LAND IN TANGARÁ DA SERRA -MT**

**Josiane Silva Costa dos Santos**

Universidade do Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra, MT, Brasil  
josyane.costa@hotmail.com

**José Carlos Gomes de Araújo**

Universidade do Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra, MT, Brasil  
josecarlos\_araujotga@hotmail.com

**Cleci Grzebieluckas**

Universidade do Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra, MT, Brasil  
cleci@unemat.br

**Santino Seabra Júnior**

Universidade do Estado de Mato Grosso, Tangará da Serra, MT, Brasil  
santino세abra@unemat.br

---

**Resumo**

O objetivo do estudo foi descrever os aspectos socioeconômicos culturais e ambientais de uma propriedade beneficiada pelo Plano Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) em Tangará da Serra-MT. Trata-se de uma pesquisa descritiva com abordagem qualitativa e usou como estratégia estudo de caso. Os instrumentos de coleta foram roteiro estruturado, entrevista semiestruturada e observação direta. A pesquisa foi realizada em de maio de 2016. Os resultados econômicos demonstram que a unidade consegue cobrir os custos de produção e as despesas domésticas, no entanto, não seria possível honrar com a parcela do crédito fundiário caso não possuíssem outras fontes de renda. Quanto aos aspectos ambientais a propriedade

localiza-se as margens do Rio Sepotuba, e, apesar das ações antrópicas, a área encontra-se em estágio avançado de regeneração com a presença epífitas, embaúbas e helicôneas. No tocante a saúde a família tem como cultura o uso e cultivo de várias espécies de plantas medicinais.

**Palavras-chave:** Comunidade, Assentamento, Agricultura Familiar, Reserva Legal.

### **Abstract**

*The objective of the study was to describe the cultural socioeconomic and environmental aspects of a property benefited by the National Agrarian Credit Plan (PNCF) in Tangará da Serra-MT. It is descriptive research qualitative approach and used as a case study strategy. The collection instruments were structured script , semi-structured interviews and direct observation. The search was conducted in May 2016. The economic results show that the unit can keep production costs and household expenses , however, would not honor its portion of land credit if they possessed other sources of income. As for the environmental aspects the property is located in the banks of the River Sepotuba , and despite human actions area are in advanced stage of regeneration with the epiphytic presence embaúbas and helicôneas. Regarding health family is to use culture and cultivation of various species of medicinal plants.*

**Key words:** Community, Settlement, Family Farming, Legal Reserve.

## **1. Introdução**

Na década de 70 inicia-se a colonização de grandes áreas como a Amazônia e a Região Centro-Oeste, especialmente nas áreas de fronteiras. No entanto, somente na década de 1980, sob forte influência social, que acompanhou o processo de redemocratização do Brasil, reapareceu o tema reforma agrária. O tema voltou a ser discutido por diversas partes sociais, surgindo então os assentamentos rurais, cuja realidade social, econômica e produtiva, teve como objetivo principal fixar o homem no campo (Alvarenga, Rodrigues, 2004).

Contudo, por muito tempo reforma agrária enfocava apenas em quantificar dados, ou seja, assentar o maior número de pessoas possível (Gouveia, et al, 2012) independente das condições de infraestrutura da terra. Giuliani e Castro apud Bavaresco (2001) destacam que até metade da década de 1980 os assentamentos retratavam um remendo social com a

finalidade de diminuir a miséria vivenciada no contexto rural e reduzir o fluxo migratório no campo.

No Brasil existem duas modalidades de reforma agrária, a institucional e a de mercado, em ambos os casos a terra é uma mercadoria. Na reforma agrária institucional a fonte de recursos é o Orçamento Geral da União (OGU) de onde provêm os recursos para pagamento das benfeitorias enquanto a “terra nua” é paga com Títulos da Dívida Agrária. Nesta modalidade cabe ao governo federal, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a responsabilidade direta pela gestão dos assentamentos (Sabourin, 2008).

Na reforma agrária de mercado tanto as terras quanto as benfeitorias são pagas em dinheiro, com recursos do crédito fundiário contratado pelos assentados organizados em associações sem fins lucrativos. Neste caso, existe um duplo processo de descentralização da gestão dos assentamentos, isto é, do governo federal para os governos estaduais e posteriormente mediante delegação das duas esferas de governo para associações civis. Esta por sua vez é responsável pela identificação e aquisição da terra, até a gestão da produção, comercialização e das finanças pelos próprios assentados com assistência técnica por eles contratada (Sabourin, 2008).

Neste contexto, visando o retorno e permanência do homem no campo e a manutenção do comércio da região, em 2006 foi criado em Tangará da Serra-MT o assentamento Vale do Sol II, com área total de 963,4002 ha<sup>2</sup>, contemplando 192 famílias, com lotes de 4,5 ha, mais reserva legal e área de preservação permanente (Sena, Tortorelli, Seabra, 2015). O projeto foi criado pela Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério de Desenvolvimento Agrário, através de recursos do Plano Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), tendo o primeiro contrato celebrado em 2007 (Gouveia et al, 2012). Para cada família foi liberado financiamento no valor de R\$ 40.000,00 para pagamento da terra e investimentos (Lima, Costa, 2012).

Diante do exposto, o objetivo do estudo foi descrever os aspectos socioeconômico, cultural e ambiental de uma propriedade beneficiada pelo Plano Nacional de Créditos Fundiário (PNCF) na comunidade Vale do Sol II, em Tangará da Serra-MT. Justifica-se, pois, apesar de existirem pesquisas sobre o assentamento Vale do Sol II (Souza et al, 2016; Sena et al, 2015; Gouveia et al, 2012; Lima, Costa, 2012), levantamento aprofundado e detalhado da realidade vivenciada por cada família de agricultores são escassos,

principalmente com relação ao aspecto econômico, que possibilitem conhecer se a propriedade tem gerado retorno suficiente para garantir segurança alimentar, qualidade de vida e para honrar com os compromissos financeiros como por exemplo, o pagamento da parcela do crédito fundiário.

## **2. Referencial teórico**

### **2.1 Agricultura Familiar e a criação de Políticas Públicas**

A atividade econômica na agricultura familiar foi por muito tempo considerada irrelevante para o desenvolvimento rural, definida apenas como uma categoria fadada ao desaparecimento devido ao atraso tecnológico (Navarro, 2010). A origem e reconhecimento é resultado das lutas de movimentos que batalhavam por melhorias, questão agrária e tratamentos diferenciados de comercialização. O uso do termo agricultor familiar era quase inexistente, as expressões empregadas eram pequeno produtor, produtor de subsistência ou baixa renda (Schneider, 2010).

A expressão agricultura familiar se consolidou na década de 1990, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), mediante o decreto 1.946/1996 e da Lei da Agricultura Familiar 11.326/2006 (Schneider, 2010), que considera **agricultor familiar** aquele que desenvolva atividades econômicas no meio rural e não detenha de propriedade rural superior a 4 módulos fiscais; utilize exclusivamente mão de obra familiar; e obtenha a maior parte da renda familiar proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural (BRASIL, 2006).

Na agricultura, as políticas públicas assumem importante papel e apesar dos vários conceitos é definida por Cunha e Cunha (2008) como ação do Estado para responder aos anseios e necessidade da sociedade em áreas que carecem de uma ação emergencial, e segundo Laswell (1936) deve responder: quem ganha o quê? Por quê? E que diferença faz? Desse modo, conforme Pereira (1994) o Estado distribui ou redistribui os bens e serviços sociais, atendendo aos apelos da sociedade e não de apenas um indivíduo.

Neste contexto, várias políticas públicas foram criadas a fim de possibilitar equidade aos agricultores familiares espalhados pelo território brasileiro, com particularidades e características diversas como: perfil, condições edafoclimáticas da região e tipo de cultura

produtiva trabalhada (IPEA, 2015). O Quadro 1 apresenta um panorama das principais políticas desenvolvidas que vêm contribuindo para sustentabilidade da agricultura familiar.

<b>Programas</b>	<b>Ano</b>	<b>Legislação</b>
Programa Nacional de Fort. da Agricultura Familiar (PRONAF)	1996	Decreto nº 1.946/1996
Programa de Desen. Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR)	2000	Decreto nº 3.508/2000
Programa Garantia de Safra	2002	Lei nº 10.420/2002
Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)	2003	Decreto nº 4.892/2003
Programa Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA)	2003	Lei nº. 10.696/2003
Política Nacional de Assist. Técnica e Extensão Rural (PNATER)	2003	Lei nº. 12.188/2010
Luz para Todos	2003	Decreto nº 4.873/2003
Arca das Letras	2003	Min. Reforma Agrária
Dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças	2003	Lei nº 10.711/2003
Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF)	2006	Decreto nº 5.996/2006
Programa Garantia de Preços para a Agr. Familiar (PGPAF)	2006	Decreto nº 5.996/2006
Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	2009	Lei nº 11.947/2009
Programa de Garantia da Atividade Agropecuária da Agricultura Familiar / Seguro da Agricultura Familiar (PROAGRO / SEAF)	2009	Lei nº 12.058/2009
Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR)	2011	Lei nº 12.424/2011
Programa Nac. Acesso ao Ensino Tec. e Emprego (PRONATEC)	2011	Lei nº 12.513/2011

Fonte: Elaborado pelos autores

**Quadro 1** - Principais Políticas Públicas da Agricultura Familiar

Em 2012 os principais programas de desenvolvimento agrário representaram juntos cerca de R\$ 20 bilhões. O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) chegou a financiar no ano de 2007 R\$ 500 milhões, oportunizando através do financiamento, que agricultores que já possuem terra ou não, tenham condições de comprar o próprio imóvel rural (IPEA, 2015).

## 2.2 Programa de Crédito Fundiário

O Programa de Crédito Fundiário é uma política pública que entrou em vigor em 2003, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em substituição do Banco da Terra, através do II Plano Nacional de Reforma Agrária, que tinha como propósito assentar 400 mil famílias até 2006 (Lima, 2011).

O PNCF é um programa de acesso à terra complementar à Reforma Agrária, que incorpora propriedades com áreas inferiores a quinze módulos fiscais, que não sejam susceptíveis de desapropriação. O programa tem como objetivo reduzir a pobreza rural, melhorar a qualidade de vida através do acesso a terra e aumentar renda de trabalhadores rurais sem ou com pouca terra, por meio de financiamento para aquisição da terra e para investimentos na unidade produtiva (Vieira, Castro, Lima, 2011).

O PNCF está dividido em três modalidades adequadas a características de cada público, que são: **Combate a Pobreza Rural (CPR)** – busca alcançar a população mais pobre, os beneficiários devem auferir renda anual de até R\$ 9 mil e patrimônio de até R\$ 15 mil; **Nossa**

**Primeira Terra** – destinado ao público jovem como filhos de agricultores ou estudantes de escolas agrotécnicas com idades entre 18 a 29 anos, com renda anual de até R\$ 30 mil e patrimônio de até R\$ 60 mil e;

**Consolidação da Agricultura Familiar (CAF)** – abrange agricultores sem terra ou com pouca terra, com renda familiar de até R\$ 30 mil ano e patrimônio de até R\$ 60 mil. Nos três casos deve ser comprovada a experiência na agricultura de cinco anos, nos últimos quinze anos. Na modalidade Nossa Primeira Terra e Consolidação da Agricultura Familiar o valor do patrimônio pode chegar a R\$ 100 mil quando a propriedade a ser adquirida for proveniente de herança e o comprador for um dos herdeiros (MDA, 2014).

Em 2010 segundo dados do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), as maiores demandas do programa ocorreram no estado de Mato Grosso - 12,86 mil famílias, seguido pelo estado do Piauí - 9,44 mil famílias, Maranhão - 8,4 mil famílias, Tocantins - 6,6 mil famílias, Rio Grande do Sul - 4,87 mil famílias, e Minas Gerais - 4,3 mil famílias (Torrens, 2011). Segundo o IPEA (2015) com base em dados MDA, de 2002 até o ano de 2012 os recursos destinados ao PNCF concentraram-se principalmente na região do Nordeste (61%), na Centro-Oeste (17%), na Norte (12%), e nas regiões Sul e Sudeste (10%), sendo estas as que menos utilizaram.

Os resultados do PCNF mesmo que não causem mudanças significativas na economia nacional, não repercutem apenas sobre os assentados, mas também nos municípios onde são criados, pois conforme destacado por Leite et al. (2004) os assentamentos têm efeitos importantes no desenvolvimento econômico dos municípios como: aumento da produção agropecuária - através da maior diversificação de produtos, na geração de emprego - redução do desemprego local, no comércio - aumento de vendas de bens de consumo vestimentas, calçados, material de construção, etc. e insumos agropecuários - adubos, agrotóxicos, sementes, etc., na geração de impostos e na movimentação bancária.

### **3. Procedimentos metodológicos**

#### **3.1 Caracterização da pesquisa**

A pesquisa caracteriza-se como descritiva, com abordagem qualitativa e teve como estratégia o estudo de caso. Pesquisas descritivas procuram investigar, analisar, registrar e classificar os fatos sem a interferência do pesquisador (Richardson et al, 2012). Qualitativa, pois buscou coletar informações das opiniões, costumes, hábitos e anseios dos entrevistados (Minayo, 2004; Matheus, Fustinoni, 2006; Malhota, 2010). Estudo de caso, pois tratou-se de uma pesquisa profunda e exaustiva de um ou poucos objetos de uma unidade que se analisa

profundamente, de maneira que se permita seu amplo e detalhado conhecimento evidenciando sua identidade própria (Gil, 2010; Rodrigo, 2008).

A família foi esclarecida sobre a pesquisa e convidada a participar, em concordância foi solicitada a adesão ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), com garantia de anonimato destes, que autorizaram retirar fotos do local e divulgar os dados fornecidos.

Desta forma, o estudo foi realizado em uma propriedade familiar beneficiada pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF), na Comunidade Vale do Sol II, localizada a 20 km do município de Tangará da Serra MT, cujo critério de seleção foi o fato da família residir na terra, à diversidade de cultivos e estar localizada próxima às margem do Rio Sepotuba. Realizou-se o mapeamento da área com uso do aparelho de GPS e os dados foram baixados no programa TrackMaker. Também foi elaborada uma representação paisagística da propriedade (Figura 1).

Os instrumentos de coleta foram roteiro estruturado, entrevista semiestruturada e observação direta. Com base nesses instrumentos foram levantados aspectos socioeconômico e cultural da família e ambiental da propriedade, bem como a forma do sistema de produção. A coleta de dados ocorreu no mês de maio/2016.

## **4. Resultados e discussões**

### **4.1 Perfil Sócio familiar**

Na propriedade reside apenas o casal (marido e esposa), juntos há seis anos, ambos possuem respectivamente 62 e 67 anos de idade, aposentados, com ensino primário incompleto, oriundos do estado do Paraná. Ele sempre atuou como agricultor, no ano de 1972, aos 16 anos, juntamente com a família migrou para o estado de Mato Grosso. A família trabalhou com cultivo de arroz, no município de Denise, depois mudaram para o município de Tangará da Serra, atuando na produção de café, sempre como empregados.

Com a dificuldade de adquirir um pedaço de terra, a família migrou para Belém do Pará-PA, lá, por fim conseguiu realizar o sonho. A região norte se caracteriza por um alto poder de precipitação, o que dificultou a permanência da família que obteve perda total de produção em duas safras consecutivas, chegando a passar por necessidades. Diante das dificuldades vendeu as terras conquistadas em Belém do Pará e retornaram ao estado de Mato Grosso, município de Barra do Bugres-MT, onde por muito tempo atuou na construção civil, conseguiu adquirir um imóvel próprio e montou um pequeno comércio para sua esposa, garantindo assim o sustento familiar.

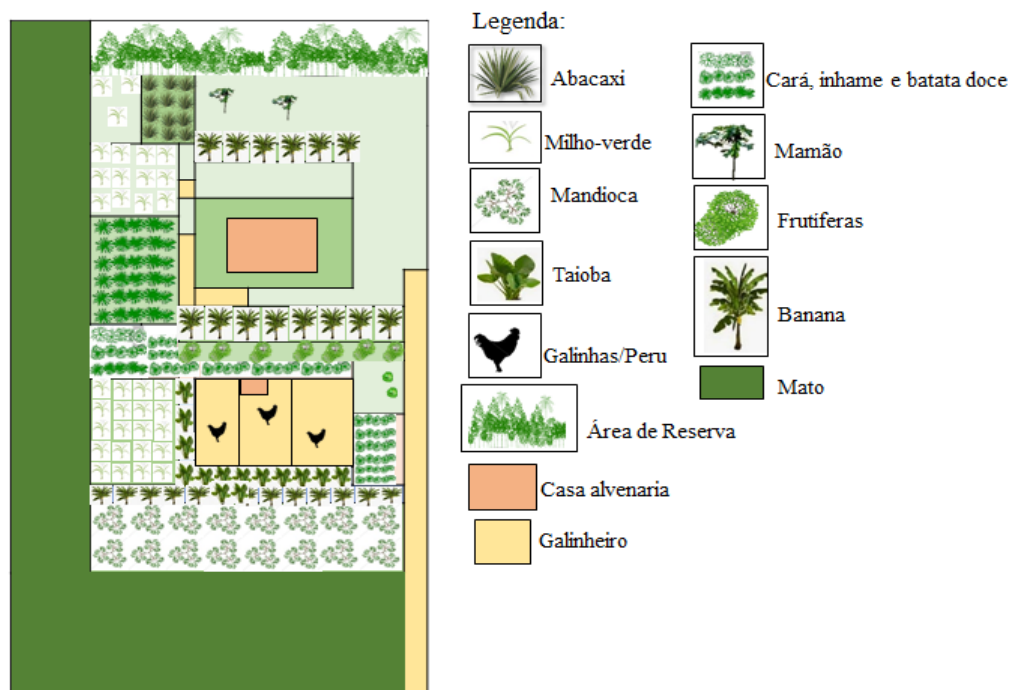
Após o crescimento dos filhos, o agricultor separou-se da esposa e constituiu uma nova família com a atual, que também tem origem de família de agricultores, ela trabalhou por muitos anos com olaria, cultivo de café e em casas de famílias rurais. Ambos possuem no total, sete filhos dos casamentos anteriores, sendo três mulheres e quatro homens. Apesar das origens e dificuldades, alguns filhos conseguiram formação em nível superior nas áreas de ciências biológicas, educação física e direito, todos em universidades públicas.

Devido ao amor pela terra e necessidade de resgatar a identidade de agricultores, o casal procurou por muito tempo um pedaço de chão para adquirir, porém sem condições financeiras. Foi então que atendendo as exigências do PNCF, há três anos compraram o direito da propriedade onde residem. Esse amor pela terra corrobora com Gazolla (2004), o qual declara que a terra para o agricultor, não é simplesmente um patrimônio, local de produção, mas envolve sentimentos simbólicos, repleto de significações que acabam por construir a identidade social enquanto agricultor.

#### **4.2 Caracterização da Propriedade**

A propriedade possui 4,5 hectares, está localizada às margem do Rio Sepotuba, trabalha com mão de obra estritamente familiar, possui sistema de uso extensivo de produção (Velho, 2009) e está dividida em frações de terras (Figura 1). A moradia encontra-se centralizada, a maior área é ocupada por diversificações de cultivos e uma parte aberta onde planeja criar gado. O terreno utilizado para os cultivos não possui muitas ondulações e apresenta algumas curvas de níveis elaboradas manualmente. As áreas de Reserva Legal (RL) e preservação permanente (APP) são comunitárias e fazem divisa com a propriedade.





Fonte: Elaborada pelos autores (2016)

**Figura 1** – Representação da propriedade

Apesar de ter uma produção incipiente a unidade de produção (UP) é bem diversificada. O quadro 2 demonstra de forma detalhada a infraestrutura da propriedade, sistema de produção, forma de comercialização e investimentos futuros.

Itens descritos	Propriedade estudada
Infraestrutura	Tamanho: 4,5 hectares
	Assistência técnica: Não possui
	Mão-de-obra: duas pessoas (marido e esposa)
	Infraestrutura de Produção: enxada, foice, enxadão, bomba costal, balança, carriola, machado, facão, máquina de serra, moedor de cana, dois galpões de estoque para ferramentas e lenhas, galinheiro cercado.
	Infraestrutura de apoio: 1 veículo Fiat Uno 4 portas, 1 moto Biz, telefones celular e fixo com antena.
	Infraestrutura de moradia: Casa de alvenaria com banheiro, água encanada e energia elétrica. Infraestrutura interna: micro-ondas, máquina (lavadora e centrifuga), geladeira, eletrodomésticos em geral, móveis etc.
Sistema de Produção	Policultivo, com criações
Produção para comercialização	Abacaxi, banana, batata doce, cará, mandioca, inhame, cabacinha verde e caxi.
Produção para autoconsumo	Frutíferas diversas, aves (frango e peru), ovos, taioba, abobora, milho, gergelim, cana de açúcar, amendoim, corante, feijão andu, pepino de conserva, pimentas e todos os produtos que são comercializados.
Forma de comercialização	Atravessadores.
Investimentos futuros	Quitar a propriedade, ampliar a casa, aquisição de um trator, criação de animais leiteiros, ampliação do galinheiro.

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

**Quadro 2** – Representação da infraestrutura geral de produção e comercialização

No que tange a mão de obra disponível (Quadro 2), realidade semelhante foi identificada no estudo de Gouveia et al (2012) no mesmo assentamento, em que 80% dos imóveis contavam com uma a duas pessoas envolvidas nas atividades agrícolas, já com relação a mão de obra contratada temporariamente ou permanente 25% realizam e 75% não contratam.

Nota-se que apesar do grande entrave que é a falta de sistema de captação de água para irrigação das plantações na comunidade (Lima, Costa, 2012), a família tem sido bem dinâmica para vencer tal adversidade, realizando um planejamento quanto a escolha dos cultivos que leva em consideração o consumo da família, experiência do agricultor em outros cultivos, características da terra, o clima e as chuvas para plantio. Embora o agricultor não possua conhecimento técnico de administração rural, ele toma decisões de planejamento conforme descrito por Dalmazo et al, (1992), pois leva em consideração: o que? quanto? como? onde? e para quem produzir?

Desta forma, escolhe espécies mais rústicas e aproveita as épocas de chuva para o plantio, pois, segundo a família tais cultivos não exigem mão de obra intensa e são menos suscetíveis às pragas. O inhame, por exemplo, tem como característica ter grande reprodução por unidade de área e ser pouco exigente em mão de obra e insumos (Abramo, 1990). A fácil adaptação desta espécie faz que ela seja uma cultura de subsistência, ideal para área sem tecnologias avançadas (Heredia Zárata, 1995). A batata-doce se destaca pela facilidade de cultivo, rusticidade, ampla adaptação a diferentes tipos de solo e clima, alta tolerância à seca e baixo custo de produção (Cardoso et al., 2005).

A mandioca é uma cultura importante pela sua rusticidade e desempenho satisfatório em condições de solos de baixa fertilidade, em sua maioria quem produz não utiliza produtos agroquímicos, no controle de pragas e doenças, além de possuir fácil adaptação a diferentes climas de várias regiões do Brasil, estando presente na maioria das pequenas propriedades familiares (Schons et. al., 2009). Os demais itens cultivados também possuem características semelhantes garantindo a sobrevivência nos períodos de seca.

O agricultor não utiliza adubo químico, apenas orgânico em alguns cultivos. Esta prática coaduna com as afirmações de diversos pesquisadores (Asano, 1984; Rodrigues, 1990; Souza, 2000, Khatounian, 2001) os quais enfatizam que este processo pode agregar qualidade na produção e manter a fertilidade do solo.

A prática de rotação de culturas não é usual o que pode prejudicar a produção, pois, com o passar dos anos as condições do ambiente se tornam propícias à multiplicação de pragas e doenças e as características do solo se alteram, provocando queda na produtividade

(Silveira et al, 2001). E também porque a técnica de rotação de culturas agrega maior qualidade ao sistema produtivo (Borghini et al, 1995). O uso de defensivos é raro, só acontece em algumas frutíferas, quando necessário e sob orientação/recomendação do vendedor de acordo com as características das pragas descritas pelo agricultor.

### 4.3 Aspectos econômicos da propriedade

Parte da produção esta voltada para o autoconsumo do casal e familiares, também realiza trocas entre os vizinhos da comunidade. O excedente é comercializado de forma indireta, para atravessadores que buscam os produtos na propriedade. A tabela 3 apresenta a quantidade e os valores anuais dos itens comercializados.

Produto	Unidade	Quant.	Valor unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	%
Abacaxi	Um	2.000	2,00	4.000,00	35,00
Mandioca	Kg	1.500	1,50	2.250,00	19,28
Cará	Kg	1000	2,00	2.000,00	17,00
Banana	Cx	40	40,00	1.600,00	14,00
Batata doce	Kg	500	2,00	1.000,00	8,70
Inhame	Kg	200	3,00	600,00	5,20
Cabacinha verde	Kg	30	1,00	30,00	0,26
Caxi	Kg	30	1,00	30,00	0,26
<b>Total</b>				<b>11.510,00</b>	<b>100</b>

Fonte: Dados da pesquisa (2016)

**Tabela 3** – Produtos excedentes comercializados na propriedade / ano

Observa-se que mesmo com as limitações de idade e mão de obra, a família ainda obtém mensalmente valor superior a um salário mínimo. Gouveia et al (2012), constataram que 10% dos agricultores não sabiam estimar qual o valor da renda bruta mensal, para 65% a renda variava entre um a dois salários mínimos e 25% tinham rendimentos superiores a dois salários mínimos.

A comercialização está concentrada em três itens representando 72% das receitas obtidas. Um ponto positivo a ser destacado é o elo que ocorre através da troca de alimentos e aves entre vizinhos, impactando positivamente no orçamento e na saúde nutricional. Tal ação tem papel fundamental por gerar a sociabilização entre as famílias, além de garantir a segurança alimentar, permitindo a diversificação de alimentos e conseqüentemente nutrientes (Gazolla, Schneider, 2007).

#### 4.3.1 Dinâmica das origens e aplicações dos recursos

A tabela 4 apresenta um panorama anual das receitas e custos da unidade, bem como despesas domésticas, investimentos e demais ganhos da família.

<b>Receitas</b>	
Vendas Produção da UP	11.510,00
<b>Total Vendas</b>	<b>11.510,00</b>
<b>Custos da UP</b>	
Ração animal	912,00
Insumos (sementes, herbicidas, inseticidas etc.)	200,00
Manutenções em geral	500,00
Combustível	500,00
<b>Total Custos</b>	<b>2.112,00</b>
<b>Receita Líquida da UP</b>	<b>9.398,00</b>
<b>Despesas domésticas</b>	
Água	360,00
Energia elétrica	420,00
Remédios	336,00
Mercado	3.600,00
Combustível	1.000,00
Telefone Fixo rural	960,00
Telefone celular	480,00
<b>Total das Despesas domésticas</b>	<b>7.156,00</b>
<b>Ganho Líquido da UP</b>	<b>2.242,00</b>
<b>Outros pagamentos</b>	
Pagamento parcela do Veículo	8.400,00
Tributos	700,00
Parcela anual do Crédito Fundiário	2.800,00
<b>Total Pagamentos</b>	<b>11.900,00</b>
<b>Resultado Líquido</b>	<b>-9.658,00</b>
<b>Outras Receitas</b>	
Aposentadorias	22.880,00
Artesanatos	2.000,00
Aluguéis	7.200,00
<b>Total Outras Receitas</b>	<b>32.080,00</b>
<b>Resultado Líquido Final</b>	<b>22.422,00</b>

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

**Tabela 4** – Detalhamento das origens e aplicações os recursos/ano

Embora a família obtenha um resultado final positivo (Tabela 4), se considerado apenas o ganho líquido da UP \$2.242,00, não seria suficiente para honrar com a parcela anual do Crédito Fundiário. Gouveia et al (2012) em pesquisa realizada também na Comunidade Vale do Sol II, enfatizaram que o fato da maioria das famílias obter rendimento mensal inferior a dois salários mínimos acaba comprometendo sua reprodução.

Vieira et al (2011), demonstraram que os beneficiários adimplentes com o crédito fundiário tem renda menor que R\$ 20 mil ano, e classificou este grupo como altamente vulnerável, pois em situações de instabilidade, por exemplo, **ambiental** – secas e enchentes; **produtivas** - como ataques de doenças e pragas; ou **pessoal** - doença que resulte na falta de mão de obra; a renda bruta destas famílias poderá cair em níveis que impeçam o cumprimento

do pagamento do financiamento, levando a inadimplência. Situação semelhante pode ser considerada neste estudo.

Por outro lado, é possível perceber qualidade de vida e sensação de bem estar, ao considerar que o casal encontra-se aposentado, possui outras receitas, e que a produção tem possibilitado segurança alimentar, saúde, realização pessoal e integração social.

#### **4.4 Aspectos ambientais**

A propriedade faz divisa com a Área de Reserva Permanente (APP) `as margens do Rio Seputuba. A vegetação existente pode ser definida como secundária, em função das ações antrópicas, pois, o agricultor declarou que a área foi alvo de queimadas e pastagens ao longo do tempo, comprometendo sua recuperação natural. Segundo Brown e Lugo (1990) para que o solo se recupere e atinja o estado semelhante as florestas maduras adjacentes são necessários uma média de 40 a 50 anos.

Observou-se na área de APP e no entorno, vegetações em estágio pioneiro, nativas, em estágio de regeneração, e com árvores isoladas. Também há presença de epífitas, sub-bosque, em processo de recuperação, além da presença dominante de embaúbas (*cecrópia sp*) e helicônias. Segundo Malta (2011), a presença de embaúbas caracteriza área recentemente degradada, e a helicônia em alguns ecossistemas atuam como pioneiras no processo de regeneração natural e restauração do solo degradado, constituindo um importante elemento na vida das florestas tropicais (Lamas, 2004).

Identificou-se formação de clareiras no interior da APP podendo ser consequência de retiradas de recursos naturais ou formação corredores para o acesso de animais ao rio, devido a escassez d'água nas propriedades. Tal ação traz sérios problemas para vegetação e o rio, pois esses animais pisoteiam o solo resultando na compactação e o acesso às margens, favorecendo o assoreamento.

Em período de seca o problema se agrava ainda mais, pois o rio baixa o nível d'água e o gado adentra causando a compactação do leito. Corroborando portando, com Thomaz e Dias (2009) os quais enfatizam que os efeitos diretos do pisoteio do gado é a compactação do solo, resultando na redução da infiltração e aumento do escoamento superficial.

Outro ponto observado foi que na comunidade não há coleta de lixo, o agricultor relata que reúne-os em sacos e uma vez por semana transporta para o aterro sanitário da cidade. Tal dificuldade é descrita por Daltro e Santos (2001) que afirmam ser um dos problemas mais visíveis no que diz respeito a danos ambientais é a falta coleta de lixo, tornando indispensável o direcionamento correto desses, inclusive em áreas rurais.

#### 4.5 Aspectos culturais de saúde

Quanto a saúde do casal, ambos tomam remédios controlados para diabetes e osteoporose. No entanto, foi possível identificar que existe um vasto cultivo de plantas de uso medicinal (Quadro 3), sendo utilizadas sempre que necessário e também recomendadas para os vizinhos, parentes e amigos e em último caso, vão a unidade básica de saúde do assentamento, que atende somente as sextas-feiras.

Nome Popular	Principal Uso
Alfazema	Febre, dor no corpo
Arruda	Tosse, cólicas
Babosa	Cicatrizar
Boldo	digestão
Erva Cidreira	Gripe, febre
Erva de bicho	dor
Folha de algodão	Antibiótico
Gervão	Dor (banho e chá)
Jenipapo	Diabete
Hortelãozinho	Gripe, pneumonia
Hortelãzinho	Verme
Losna	Dor de estomago
Melissa	Gripe, febre
Mastruz	Infecção
Poejo	Gripe, dor de cabeça
Propinopi	Evita câncer, próstata
Romã	Dor de barriga
Terramicina	Antibiótico
Tanchagem	Antibiótico
Vick	Gripe

Fonte: Dados da Pesquisa (2016)

**Quadro 3** - Plantas medicinais e situações de uso

Além de fazer uso de forma empírica dos cultivos apresentados no quadro 2, os agricultores revelam que recorrem a outras espécies nativas da região tais como: Sucupira, quina, flor da Amazônia, etc. Segundo Njinga, Jonah e Gomina (2015) o uso da medicina não convencional e dos seus cuidados de saúde primários atinge cerca de 70 e 80 % da população mundial.

Esta prática também é descrita por Maciel et al (2002), pois destacam que o uso de ervas medicinais é uma prática baseada no conhecimento popular e, na maioria das vezes, são repassados de geração em geração. Neste processo de transmissão da geração do saber fazer, a cultura é um elemento importante, garantindo a identidade social para que não haja perda de conhecimentos tradicionais (Hoeffel et al, 2011).

## 5. Considerações finais

Os resultados sócio-econômicos da propriedade evidenciaram que com o cenário produtivo da unidade, a família consegue manter os custos e despesas domésticas, no entanto, não é possível honrar o pagamento do crédito fundiário. Todavia, o fato dos agricultores estarem aposentados e possuem outras fontes de recursos, possibilita a efetivação dos compromissos com certa folga financeira e ainda assim permite uma situação de conforto, uma vez que o casal consegue ter segurança alimentar e qualidade, através da sensação de bem estar e integração social, por fazer o que gosta e estar na terra.

Quanto aos aspectos ambientais, identificou-se que no assentamento não ocorre a coleta de lixo, e que apesar das ações antrópicas sofridas no ambiente como formação corredores para o acesso de animais ao rio, devido a escassez d'água nas propriedades, o mesmo encontra-se em estágio avançado de regeneração com a presença de espécies tais como epífitas, embaúbas e helicôneas, indicadoras deste processo. No tocante a saúde, embora a família faça o uso de alguns remédios alopáticos, ainda tem por hábito o uso de fitoterápicos, cultivando uma ampla quantidade de espécies de plantas medicinais.

Neste contexto, é possível perceber que os aspectos social, econômico e ambiental influenciam na qualidade e desenvolvimento da propriedade, ou seja, não basta apenas conseguir ter acesso a terra, é indispensável a qualidade da terra, acesso a água, acesso a saúde, educação, transporte, moradia com condições básicas como luz, água, banheiro para que assim o agricultor tenha condições de poder fazer e não corra o risco de insucesso por falta de condições mínimas.

Surge-se que novos estudos sejam realizados na comunidade com outras famílias a fim de conhecer as características sócio-econômicos e ambiental permitindo assim, comparações com os resultados aqui apresentados, ou que seja elaborado um panorama dos assentamentos do município de Tangará da Serra-MT a fim de conhecer o nível de adimplentes e inadimplentes com o financiamento do crédito fundiário bem como traçar quais são as diferenças de sucesso e insucesso destes agricultores.

## Referências

Abramo, M.A. (1990) *Taioba, cará e inhame: o grande potencial inexplorado*. São Paulo: Ícone.

Alvarenga, M. R. M., Rodrigues, F. P. (2004) Indicadores Socioeconômicos e Demográficos de Famílias Assentadas no Mato Grosso do Sul. *Revista de Enfermagem UERJ*. pp. 286-291.

- Asano, J. (1984) Effect of organic manures on quality of vegetables. *Japan Agricultural Research Quarterly*, Ibaraki, 18(1)31-36.
- Bavaresco, P. A. (2001) Uma análise das condições socioeconômicas das famílias do assentamento Annoni (Fase IV) no Rio Grande do Sul. In: Tedesco, J. C. (Org.) *Agricultura familiar: realidades e perspectivas*. Cap. 3, pp. 255-315, Passo Fundo, UPF.
- BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 25 jul. 2006. Seção 1, p. 1.
- Borghi, B. et al. (1995) Influence of crop rotation, manure and fertilizers on bread making quality of wheat (*Triticum aestivum* L.). *European Journal of Agronomy*, Amsterdam, 4(1), 37-45.
- Brown, S., Lugo, A. E. (1990) Tropical secondary forests. *Journal of Tropical Ecology*, 6(1), 1-32.
- Cardoso A.D, et al. (2005) Avaliação de clones de batata-doce em Vitória da Conquista. *Horticultura Brasileira* 23:911-914.
- Cunha, E. P.; Cunha, E. S. M. (2008) Políticas públicas sociais. In: Carvalho, A.; Salles F.; Guimarães, M.; Ude, W. *Políticas públicas*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Dalmaz, N.L., Alberetonil, L.A. (1992) A necessidade de um enfoque de administração rural na pesquisa e extensão rural. In: SEMANA DE ATUALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO RURAL, 1991, Lages. *Anais...* Florianópolis: EPAGRI, pp.7-21.
- Daltro, J. Filho, Santos, D. C. G. (2001) Avaliação das condições de saneamento num Assentamento do INCRA em Sergipe. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL. *Anais...*, 21.
- Gazolla, M. (2004) *Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: Uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós- Graduação em Desenvolvimento Rural/UFRGS. Porto Alegre.
- Gazolla, M., Schneider, S. (2007) A produção da autonomia: os “papeis” do autoconsumo na reprodução social dos agricultores familiares. *Estudo Soc. Agric.* 15, 89-122.
- Gil, A. C. (2010) *Como elaborar Projetos de pesquisa*. 5a ed. São Paulo: Atlas S.A.
- Gouveia, R. G. L. , et al. (2012) Diagnóstico sobre a administração de famílias assentadas de Tangará da Serra-MT: O caso do projeto de crédito fundiário Vale do Sol II. *Revista Brasileira Agrociência*, Pelotas, 18(4), 283-291.
- Heredia Zárate, N.A. (1995) Produção de cinco clones de inhame cultivados no pantanal sul-matogrossense. *Horticultura Brasileira*., Brasília, 13(1), 38-40.
- Hoefel, J. L. M. et al. (2011) Conhecimento Tradicional e Uso de Plantas Medicinais nas APA's Cantareira/SP e Fernão Dias/MG. *Revista Vitas*.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. (2015) *Texto para discussão*. Rio de Janeiro.



- Khatounian, C. A. (2001) A Reconstituição ecológica da agricultura. *Botucatu: Agroecológica*, p. 348.
- Lamas, A.M. (2004) *Floricultura Tropical*. Curso Técnicas de Cultivo.
- Laswell, H. D. (1936) *Politics : Who gets what, when, how*. Cleveland: Meridian Books.
- Leite, S. et al. (2004) *Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. São Paulo: UNESP/NEAD/INCRA/MDA, p. 394.
- Lima, A. F. A., Costa, R. M. (2012) Apoio ao Trabalho Feminino na comunidade Rural Vale do Sol II – Tangará da Serra-MT. In: V SEREX – Seminário de Extensão Universitária da Região Centro-Oeste. Universidade Federal de Goiás. *Anais...*
- Lima, D. de F. P. (2011) *Avaliação do impacto do Programa Nacional de Crédito Fundiário na região sul do Brasil*. 2011. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Universidade de São Paulo.
- Maciel, M. A. M. et al. (2002) Plantas medicinais: A necessidade de estudos multidisciplinares. *Química. Nova*, 25(3),429-438.
- MDA – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. *Crédito Fundiário*. Recuperado em 23 outubro, 2017 em <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sra-crefun/sobre-o-programa>
- Malhotra, N. K. (2010) *Pesquisa de Mercado: foco na decisão*. 3a ed. São Paulo, Brasil: Pearson Education.
- Malta, J. A. O., Souza. H. T.R., Souza. R. M. (2012) Fitogeografia e regeneração natural em florestas urbanas de São Cristóvão/SE-Brasil. *Investigaciones Geográficas, Boletín del Instituto de Geografía*, UNAM ISSN 0188-4611, Núm. 77, 48-62.
- Matheus, M. C. C; Fustinoni, S. M.(2006) *Pesquisa qualitativa em enfermagem*. São Paulo: Livraria Médica Paulista.
- Minayo, M. C. S. (2004) *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade*. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Navarro, Z. (2010) *A agricultura familiar no Brasil: entre a política e as transformações da vida econômica*. In. A Agricultura Brasileira: desempenho, desafios e perspectivas / organizadores: José Garcia Gasques, José Eustáquio Ribeiro Vieira Filho, Zander Navarro. Brasília: Ipea, pp. 185-209.
- Njinga, R.L., Jonah, S.A., Gomina M. (2015) Preliminary investigation of naturally occurring radionuclides in some traditional medicinal plants used in Nigeria. *Journal of Radiation Research and Applied Sciences*, 8, Issue 2, April, 208-215.
- Pereira, P. A. P. (1994) *Concepções e propostas de políticas sociais em curso: tendências, perspectivas e consequências*. Brasília: NEPPS/CEAM/UnB.
- Richardson, R. J. et al. (2012) *Pesquisa Social Métodos e Técnicas*. 3a ed. Rev. Ampliada. São Paulo.

- Rodrigo, J. (2008) *Estudo de caso*. Fundamentação Teórica. Vestcon. Brasília
- Rodrigues, E. T. (1990) *Efeitos das adubações orgânica e mineral sobre o acúmulo de nutrientes e sobre o crescimento da alface (Lactuca sativa L.)*. Viçosa, MG: UFV, p. 60. Dissertação de Mestrado.
- Sauborin, E. (2008) Reforma Agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais. *Revista Estudos sociedade e agricultura*, Rio de Janeiro, 16(2), 151–184.
- Schneider, S. (2010) Reflexões sobre diversidade e diversificação. *RURIS – Revista do Centro de Estudos Rurais*, Campinas-SP, 4(1)85-131, março.
- Schons, A. et al. (2009) Arranjos de plantas de mandioca e milho em cultivo solteiro e consorciado: crescimento, desenvolvimento e produtividade. *Bragantia*, Campinas, 68(1),155-167.
- Sena, D.R. S., Tortorelli, H. S., Seabra Jr, S. (2015) Agricultura: a História da Comunidade Vale do Sol II, Tangará da Serra-MT, Brasil. In: Almeida, R. A; Silva, T. P. *Repercussões Territoriais do Desenvolvimento Desigual - Combinado e Contraditório em Mato Grosso*. Campo Grande – MS.
- Silveira, P. M. et al. (2001) Efeitos do preparo do solo, plantio direto e de rotações de culturas sobre o rendimento e a economicidade do feijoeiro irrigado. *Pesq. Agropecuária Brasileira*, 36(2),.257-263.
- Souza, J. L. (2000) Manejo orgânico de solos: a experiência da Emcaper. Viçosa, SBCS, 4, 13-16. (*Boletim Informativo*).
- Souza, P. G. , et al. (2016) Estudo das alternativas para melhoria do empreendimento feminino: Doces e Conservas Frutos do Vale. *Revista Conexão UEPG*, Ponta Grossa, 12(2), maio/agosto.
- Thomaz, E. L., Dias, W. A. (2009) Bioerosão Evolução do Rebanho Bovino Brasileiro e Implicações nos Processos Geomorfológicos. *Revista Brasileira de Geomorfologia*,10(2)..
- Torrens, J. C. S. (2011) *Programa Nacional de Crédito Fundiário: Uma avaliação qualitativa (2003-2010)*. Brasília. Ministério do Desenvolvimento Agrário.
- Velho, O.G. (2009) *Frente de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônia*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. Recuperado em 20 setembro, 2016 em <http://static.scielo.org/scielobooks/zjf4z/pdf/velho-9788599662915.pdf>.Vieira, L.F., Castro, A. M. G. , Lima, S. M. V. (2011) *Perfil dos Beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário: Consolidação da Agricultura Familiar*. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário.